



## “Lutando com as Mãos Vazias, certos das Nossas Certezas”: Luciano Duarte e a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe

João Paulo Gama Oliveira<sup>1</sup>

### Resumo:

No presente trabalho o foco incide sobre um dos sujeitos fundamentais na história da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: Luciano José Cabral Duarte. Analisa-se a atuação do religioso como diretor da instituição, desde os primeiros passos, a inauguração em 1951 e mesmo diante da incorporação a Universidade Federal de Sergipe em 1968. Diante das investigações empreendidas por meio de fontes como cartas, jornais, relatórios semestrais da FCFS e depoimentos orais, salienta-se as constantes viagens nacionais e internacionais do sacerdote, a sua “rede de sociabilidade” que perpassava o “campo” político, religioso e educacional e de alguma forma respingavam de maneira positiva na FCFS, seja na aquisição de verbas, material ou novas contratações de professores. Tudo isso culminou na consolidação da FCFS como um marco na formação de professores e de alguns pesquisadores em distintos campos do saber em Sergipe.

Palavras-chave: História do Ensino Superior. Faculdade de Filosofia. Luciano Duarte.

### Abstract

In this work the focus is about one of the fundamental person on history of Faculdade Católica de Sergipe: Luciano José Cabral Duarte. Analyse the religious performance of as director of the institution, since the first steps, the inauguration in 1951 and even on the Universidade Federal de Sergipe incorporation in 1968. On the investigations undertaken through sources such as letters, newspapers, semi-annual reports of FCFS and oral testimonies, noted the constant national and international travels of the priest, his “network of sociability” permeating the “field” political, religious and educational and somehow reflected positively on FCFS, either in the acquisition of resources, material or new hiring teachers. All this culminated in consolidation of FCFS as a landmark in the formation of teachers and researchers in different fields of knowledge in Sergipe.

Keywords: History of Higher Education. Faculty of Philosophy. Luciano Duarte.

55



1 Doutorando em Educação pela UFS. Mestre em Educação pela UFS.



É belo trabalhar por um salário. Jesus Cristo mesmo disse: o operário é digno de seu salário. Porém, é mais belo ainda trabalhar por um ideal, mesmo sem a compreensão material equivalente. Nós éramos um grupo liderado invisivelmente pela figura de Dom Quixote, lutando com as mãos vazias, certos das nossas certezas<sup>2</sup>.

As palavras do Monsenhor Luciano José Cabral Duarte, na comemoração dos quarenta anos de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS)<sup>3</sup>, instituição criada em 1951 sob os auspícios da Igreja Católica com subvenções do Estado de Sergipe, sendo Luciano Duarte um dos idealizadores, diretor e professor, fornece alguns “indícios” das práticas ocorridas naquela pioneira instituição de ensino superior. Da citação exposta pode-se sublinhar a questão do salário dos funcionários da instituição, bem como o “ideal” que guiava aquele grupo.

56

No ano de 1950, período que ainda se organizava a implementação da FAFL, depois de tomadas as primeiras providências, conseguindo a subvenção de CR\$ 100.000 anuais do Governo do Estado<sup>4</sup>, o processo de criação da FCFS foi encaminhado ao doutor Jurandir Lodi, diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação no Rio de Janeiro, aguardando a autorização do Conselho Federal de Educação. Com a visita do inspetor federal do Ministério da Educação, Hermilo Guerreiro, tendo em vista verificar as condições para o início das atividades da futura Faculdade Católica de Filosofia a tarefa era divulgar a faculdade que estava prestes a funcionar.

Ainda no final daquele ano, Luciano Duarte escreveu uma matéria “explicativa” no Jornal A Cruzada (19 de novembro de 1950, ano XVI, nº 677) sobre o significado de uma Faculdade de Filosofia para o povo sergipano, numa tentativa de legitimar um projeto do qual ele era uma dos principais membros. Somadas à citada matéria, atrelavam-se notícias sobre a instalação da instituição de ensino superior quase semanalmente, quando em 11 de março 1951, o Jornal A Cruzada (Ano XVII, nº 692) publicou a manchete: “Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe” e ali constava o decreto publicado no Diário Oficial da Capital Federal, de nº 29.311, de 28 de fevereiro de 1951, o qual “Concede autorização para funcionamento de cursos na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe”.

- 2 DUARTE, Dom Luciano José Cabral. *Palavras de Dom Luciano na Celebração da Missa em Comemoração aos 40 anos da FAFL*. Texto não publicado, datilografado, com anotações e correções a mão. 15 de Maio de 1991.
- 3 Sobre a história da FCFS, ver: OLIVEIRA, João Paulo Gama. *A formação do professor de História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: entre disciplinas, docentes e conteúdos (1951-1962)*. São Cristóvão-SE: Editora UFS: 2013.
- 4 Tal subvenção foi instituída pelo Decreto nº 221, de 15 de Junho de 1950, publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe em 17 de junho de 1950, Ano XXII, nº 10.766, Aracaju - SE. Além dessa, também foi concedida pelo prefeito do município de Aracaju uma subvenção anual de quarenta e oito mil cruzeiros pela Lei nº 77 de 23 de outubro de 1951, publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe em 26 de outubro de 1951, Ano XXIII, nº 11.157, p. 3 e 4.

Segundo Morais<sup>5</sup>, em maio de 1950 o Padre Luciano Duarte visitou as Faculdades de Filosofia de Recife, ouviu também as experiências de D. Carlos Camélio de Vasconcelos Mota, cardeal arcebispo de São Paulo, e de D. Antônio dos Santos Cabral. Logo depois das visitas e conversas, começou a estruturação da Faculdade com a ativação de uma *rede de sociabilidade*<sup>6</sup> liderada principalmente pelo Padre Luciano Duarte, o primeiro diretor da nascente escola de ensino superior<sup>7</sup>.

Convidando professores de porta em porta, pedalando sua bicicleta<sup>8</sup>, ou mesmo com a participação de outros docentes, já anteriormente empenhados na criação da instituição, Luciano Duarte organizou um grupo, com experiência na docência e reconhecidos no *campo*<sup>9</sup> educacional. Os docentes da FCFS eram médicos, dentistas, advogados, engenheiros, e poucos licenciados, como Maria Thétis Nunes e Cleonice Xavier de Oliveira.

Diante do exposto, o foco do trabalho incide sobre um dos sujeitos fundamentais na história da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, desde os primeiros passos, a inauguração em 1951 e mesmo da sua incorporação a Universidade Federal de Sergipe em 1968, analisa-se a atuação do seu primeiro diretor e também professor, Luciano José Cabral Duarte.

- 5 MORAIS, Gizelda. D. Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.
- 6 As “estruturas de sociabilidade” são entendidas, conforme explica Sirinelli, para este pesquisador: “Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de aprender, mas que o historiador não pode enganar ou subestimar”. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política**. 2. ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.
- 7 O Padre Luciano José Cabral Duarte configura-se como um dos pilares fundamentais na construção da FCFS como também do ensino superior sergipano. Segundo Lima (2009), Luciano Duarte, nascido em 21 de janeiro de 1925, na rua de Japarutuba, Aracaju – SE, fez seus estudos primários na “Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe”. Em Aracaju, primeiramente ingressou no Seminário Menor na capital sergipana, e logo depois em 1942 foi admitido no Seminário provincial de Olinda em Pernambuco, onde cursou dois anos de Filosofia e um de Teologia. Em 1945 ingressou no Seminário Central de São Leopoldo/RS, onde terminou seus estudos, sendo ordenado sacerdote em 1948, com 23 anos de idade. Foi diretor e professor de Grego e Latim no Seminário Menor de Aracaju, dirigiu o Jornal A Cruzada, de 1949 a 1954, além de diretor da FCFS, de 1951 a 1954 e de 1958 a 1968, lecionou Latim, Psicologia, Teologia, Filosofia, Conversação Francesa e Psicologia Educacional. Ainda em 1954 bacharelou-se em Teologia pela Faculdade de Teologia de São Paulo; nesse mesmo ano viajou a Paris, permanecendo até o ano de 1957, quando recebeu o título de doutor em Filosofia com a mais alta menção da Sorbonne. LIMA, Fernanda Maria Vieira de Andrade. **Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao Ensino Superior Sergipano (1950-1968)**. São Cristóvão-SE: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2009 Dissertação (Mestrado em Educação).
- 8 Segundo NUNES, Maria Thétis. Professora do Curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 15 de agosto de 2007. Aracaju-SE.
- 9 Para Pierre Bourdieu “[...] os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é totalmente possível e impossível em cada momento” (BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 169-180

O comando da instituição recaía sobre o diretor, a Congregação e o Conselho Técnico Administrativo (CTA), conforme o Regimento Interno da FCFS (s/d). A primeira reunião da Congregação ocorreu em 12 de março de 1951, presidida pelo bispo Dom Fernando Gomes<sup>10</sup> e tinha como objetivo a eleição do diretor. Foram indicados os nomes dos padres Luciano Duarte, Euvaldo Andrade e Artur Pereira, sendo escolhido e nomeado o primeiro. Possivelmente a eleição cumpria apenas um caráter burocrático, uma vez que o Regimento da Faculdade deliberava a escolha para o cargo de diretor um nome que compusesse uma lista triplíce. Mas o cargo já era “exercido” pelo Padre Luciano Duarte mesmo antes da fundação efetiva da instituição superior de ensino, quando esse fez a faculdade funcionar, convidou professores para lecionar, organizou o local das aulas, divulgou o primeiro concurso de habilitação, entre outras ações do religioso.

58

Sendo assim, após a nomeação do diretor, aconteceu a eleição de seis membros para o CTA, a saber: Padre Euvaldo Andrade, Gonçalo Rollemberg Leite, Felte Bezerra, Manuel Ribeiro, Lucilo da Costa Pinto e José Barreto Fontes. O CTA tinha a função de um órgão deliberativo e estava subordinado à Congregação da instituição. Mas na FCFS, essa relação era muito intrínseca e boa parte dos professores lecionavam na Faculdade a convite do Padre Luciano Duarte que presidia a reunião de ambos os órgãos administrativos, o CTA e a Congregação.

Pela figura de diretor, sacerdote e amigo dos docentes ali reunidos, dos quais alguns estavam em ambos os órgãos, percebemos, pela análise das atas, que a maioria das decisões ficava centralizada no diretor. Nas

10 Em trabalho intitulado “Presença participativa da Igreja Católica na História dos 150 anos de Aracaju”, Mons. José Carvalho de Sousa (2006) nos diz que Dom Fernando Gomes dos Santos foi transferido da Diocese de Penedo – AL no dia 31/10/1948 para a Diocese de Aracaju, com o intuito de substituir Dom José Thomaz. Dom Fernando Gomes assumiu como bispo a diocese no período de 1949 a 1957. Dentre as contribuições apontadas pelo referido autor, destacam-se as ações educacionais como a participação na criação da FCFS, como uma instituição necessária para a formação das novas gerações de professores. Dom Fernando Gomes entregou a direção da Faculdade ao então padre Luciano Duarte, além de contribuir também para a criação da Faculdade de Serviço Social, na qual contou com a participação direta das Irmãs Missionárias de Jesus Cristo Crucificado. SOUSA, José Carvalho de. **Presença Participativa da Igreja Católica na História dos 150 anos de Aracaju**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2006. Em crônica sobre os dez anos da FCFS, Monsenhor Luciano Duarte assim descreve a participação de Dom Fernando Gomes: “O surgimento da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, em 1951, se deve ao bispo de extraordinária coragem e lucidez que foi entre nós, Dom Fernando Gomes. A oportunidade da criação da Faculdade surgiu. Ele reuniu seus padres pesou as dificuldades, sentiu a escassez de meios, mas a grandeza da obra era mais importante que tudo, e ficou decidida que a Faculdade seria criada, e assim se fez” (Jornal A Cruzada, 23 de setembro de 1961, Ano XXV, nº 1.220).

reuniões poucos embates eram travados – ou não eram registrados nas atas, exceto quando os alunos do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo entravam em pauta<sup>11</sup>.

Deste modo, a figura presente e responsável pelas decisões da FCFS nos diferentes âmbitos era o seu diretor. Este contou com o apoio de Gonçalo Rollemberg Leite e frei Edgar Stanowski no cargo de vice-diretor, em diferentes períodos, e do Padre Euvaldo Andrade, que de início era secretário do CTA e depois assumiu a direção da instituição entre 1954 e 1957, período de estudos do Padre Luciano Duarte na França.

Na parte administrativa da Faculdade trabalharam: Hélio de Souza Leão, Wellington Elias, além de Maria Ariosvalda de Santana Teles, Josefa Dinorah Nunes Siqueira e Maria Leonor Teles de Santana. Já a biblioteca ficava sob a responsabilidade de Valdice Pereira Gomes. Em depoimento concedido a Morais<sup>12</sup>, ela relata sua experiência como bibliotecária da FCFS, seu curso superior em Biblioteconomia na Bahia, feito com uma bolsa de estudos obtida por Dom Luciano Duarte. A senhora Dinorah Siqueira também ficava responsável pelo controle da frequência dos discentes. O ex-aluno, Alexandre Felizola Diniz, assim descreve essa rotina na Faculdade:

Havia controle de frequência, que ele (Padre Luciano Duarte) fazia questão de mandar uma funcionária ir de sala em sala. O professor estava dando aula, ela entrava e contava os alunos, via os alunos e marcava na caderneta. [...] Eu mesmo faltava muita aula, mas Dona Dinorah não me botava falta, eu

- 11 Um exemplo pode ser considerado a XIX Reunião da Congregação da FCFS de 05/06/1962, entre outras discussões, tratava-se da greve dos alunos da instituição reivindicando participação no CTA e na Congregação. Após intenso debate, foram colocadas em pauta as propostas de alguns professores e a sugestão do diretor que deixava claro o fato de a congregação não resolver nada sobre pressão da greve dos alunos e que o CTA deveria fazer a reforma do regimento após obter a Regulamentação das Leis de Diretrizes e Bases (1961) e de instruções do Conselho Nacional de Educação. Enquanto isso não fosse resolvido, ficaria um estudante no CTA e um estudante na congregação. Após a votação, a proposta do diretor venceu por doze votos a três, contando com uma abstenção, possivelmente do presidente do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo, Alexandre Felizola Diniz (RELATÓRIO SEMESTRAL DA FCFS – 1962/1). A atuação do Diretório Acadêmico Jackson de Figueiredo muitas vezes provocou acirrados embates com a direção da Faculdade. Greves e contestações faziam parte desse diretório. Interessante observar como os alunos conseguiam manter uma boa relação com a direção mesmo com tantos protestos. Segundo Diniz (2010), “[...] tudo era muito pequeno”. Alguns alunos do curso de Geografia e História participaram do diretório como também da União Estadual dos Estudantes Sergipano, dentre outros, cabe destacar o nome de José Alexandre Felizola Diniz, ex-presidente da citada união de estudantes, preso durante o período militar. O Diretório Jackson de Figueiredo, como parte da estrutura da FCFS, merece um estudo próprio, não sendo assim explicitado neste trabalho. Com relação os movimentos estudantis universitários em Sergipe, ver CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985.** Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. 2012.
- 12 MORAIS, Gizelda. D. **Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico.** Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

ia fazer política estudantil e dizia a Dona Dinorah: to saindo, e ela: 'pode ir!' E não me colocava falta (risos)<sup>13</sup>.

Essa fala de Diniz aponta para o cotidiano dos alunos na instituição e algumas das normas da instituição para o controle de determinadas práticas, como a saída durante o horário de aula e a vigilância que o diretor buscava impor. Merece ser também mencionado o fato de a faculdade funcionar à noite concentrando majoritariamente estudantes mulheres, quebrando um tabu na sociedade aracajuana de meados do século XX. Para Thétis Nunes, no texto "Amigos de Dom Luciano. Meus Amigos":

As aulas eram noturnas, o que ocasionaria grande impacto na tranqüila vida provinciana de Aracaju na época. Quebrava-se o tabu de moças saírem sozinhas à noite. Recordo-me que uma das alunas vinha acompanhada por uma jovem empregada que dormia no fundo da sala. Com a malícia própria do estudante, as alunas apelidaram a colega de Sinhá Moça<sup>14</sup>.

60

Diante desses problemas referentes à localização do colégio cedido para a faculdade no turno da noite, a construção da sua sede era uma necessidade, além de concretizar materialmente a instituição diante da sociedade sergipana. Segundo o periódico *A Cruzada*, edição de 4 de abril de 1959 (Ano XXIV, nº 1082), a inauguração da parte principal da nova sede da FCFS ocorreu em 29 de março de 1959 e contou com a presença do então governador do estado Luís Garcia; do bispo Dom José Távora, professores, estudantes, sacerdotes, reunindo parte considerável da intelectualidade sergipana de outrora.

Pelo discurso de inauguração com tom de agradecimento do diretor, notamos o quanto os políticos locais contribuíram para a construção do novo prédio. O religioso cita os nomes de: Durval Cruz, Lourival Fontes, Júlio Leite, José Rollemberg Leite, Arnaldo Garcez e Leandro Maciel. Fica nítida a existência de uma profícua relação entre a FCFS e os representantes políticos da época, como também o reconhecimento social angariado por essa instituição educacional de formação docente.

A faculdade deixa o espaço do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, local onde funcionou por mais de oito anos, para construir um novo ciclo na sua história. Entretanto, as dificuldades com relação às obras continuaram. Em carta a Armando Barcelos, pessoa com quem Monsenhor Luciano Duarte mantinha constantes correspondências, o diretor descreve:

As obras da Faculdade estão indo, em ritmo lento. Já recebemos os móveis do salão da Congregação (Pequeno Auditório), cuja

13 DINIZ, José Alexandre Felizola. Ex-aluno do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida a João Paulo Gama Oliveira em 1º de Junho de 2010. Aracaju-SE.

14 NUNES, Maria Thétis. *Amigos de Dom Luciano. Meus Amigos*. Não publicado. S/D.

fitas de inauguração o sr. cortará em breve. Infelizmente, não se conseguiu que o Presidente não cortasse os 30% das verbas. Até das subvenções ordinárias esta porcentagem foi cortada. Paguei há poucos dias a última promissória do terreno [...]”<sup>15</sup>

Em 16 de agosto desse mesmo ano, tendo obtido a resposta de Armando Barcelos, o diretor agradece as verbas conseguidas e relembra, como tantas outras vezes, a necessidade de verbas maiores para a conclusão das obras, subvenção esta que estaria em votação no Senado. Em outra correspondência, agora a Luís Alfredo da Silva, o Monsenhor agradece o envio do número do Diário Oficial da República contendo o decreto que concede autorização de cinco milhões de cruzeiros para as obras da FCFS.<sup>16</sup>

Faz-se necessário salientar que o Armando Barcelos, no ano de 1958, sugeriu ao diretor que seguisse os diversos parlamentares sergipanos em busca de parcelas das seções ordinárias para a instituição. Como afirmou o próprio Monsenhor, de tanto enviar cartas e telegramas solicitando verbas já ficava “com acanhamento de falar-lhe em tantos aspectos do permanente problema financeiro da Faculdade. O sr., que se constitui como nosso patrocinador, irá tendo paciência”<sup>17</sup>.

Com sede própria, a FCFS tinha autonomia para usar o seu espaço nos três turnos, e a assim o fez. Em resposta ao ofício enviado por José Carlos Marques, então coordenador dos Jogos da Primavera em Aracaju SE, Monsenhor Luciano Cabral Duarte assinalava não poder atender à solicitação de empréstimo da quadra de esportes, uma vez que:

[...] o prédio da Faculdade tem que funcionar nos três expedientes de cada dia: pela manhã, todas as aulas da Faculdade; pela tarde, todas as aulas do Colégio de Aplicação; pela noite, temos as aulas do Instituto de Pesquisas Sociais da FCFS, além das aulas do pré-vestibular que prepara candidatos ao concurso de habilitação do próximo ano<sup>18</sup>.

Com a construção da primeira parte do prédio, buscou-se concluir as demais instalações. Com o fim dessa etapa já em meados da década de 1960, o desejo do diretor consistia em “ir preparando, aos poucos, a renovação do quadro dos nossos professores”, como afirmou em carta enviada a José Calasans em 1965, na qual pedia bolsa de estudos para uma aluna do curso de Geografia na Bahia. Solicitou ainda que fosse paga sua estada, uma vez que ela era de família humilde.

15 DUARTE, Luciano José Cabral Duarte Carta ao doutor Armando Barcelos, 8 de agosto de 1961.

16 DUARTE, Luciano José Cabral Carta a Luís Alfredo da Silva, 7 de junho de 1962.

17 DUARTE, Luciano José Cabral Duarte Carta ao doutor Armando Barcelos, 16 de agosto de 1961.

18 FCFS, Ofício nº 27/65, Resposta do Padre Luciano Duarte a José Carlos Marques.

Os primeiros docentes da instituição se desdobravam para lecionar nos diferentes cursos e disciplinas da faculdade. Eram intelectuais que circulavam nos diferentes espaços da sociedade sergipana, alguns membros da Academia Sergipana de Letras e/ou do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e seus nomes figuravam constantemente em artigos publicados na imprensa local; outros escreviam livros, assumiam cargos na política e trilhavam os caminhos do magistério em diferentes instituições.

Além do esforço para lecionar a noite diante dos vários trabalhos ao longo do dia, existia ainda a questão do salário. O professor Manuel Cabral Machado, também um dos idealizadores e professores da Faculdade Católica, comentou em entrevista:

A faculdade só tinha, como recurso, a subvenção. Nós ficávamos nos fundos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, pela Rua Itabaianinha. Então o Colégio entrava pela Rua de João Pessoa e a Faculdade pelos fundos. A Faculdade de Filosofia funcionando à noite, porque pelo dia era o Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Não tendo recursos, o nosso salário era simbólico, nós não ganhávamos salário, era simbólico<sup>19</sup>.

O referido professor enfatiza o salário “simbólico” que os docentes da FCFS recebiam. Levando-se em consideração as preleções de Bourdieu<sup>20</sup> ao afirmar que “os agentes sociais não realizam atos gratuitos”, podemos afirmar que, embora com um pequeno reconhecimento econômico, ser professor da FCFS proporcionaria um “lucro simbólico”, já que o “[...] capital simbólico é um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento”<sup>21</sup>. Com o ideal do “conhecimento e reconhecimento”, os docentes lecionavam na instituição.

O salário inicial dos professores da faculdade era de CR\$ 50,00. Ao longo dos anos, mudanças ocorreram: em 1964 pagavam-se seiscentos cruzeiros por aula; já um ano depois, o salário era de “18.000 mensais, aos professores que davam três aulas por semana, o que correspondia a 1.200 por aula, contando-se cinco semanas ao mês” (FCFS, Ata da XXIV Reunião da Congregação da FCFS, 8 de março de 1965, Relatório Semestral, 1965/1).

O próprio diretor, em carta enviada ao então presidente da República, Jânio Quadros, em 26 de Junho de 1961, descreve quanto era gasto para a manutenção de uma faculdade federalizada e as dificuldades existentes para a manutenção da FCFS. Segundo o religioso, o catedrático de

19 MACHADO, Manuel Cabral. Professor do Curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 30 de agosto de 2007. Aracaju-SE.

20 BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Papirus Editora. Campinas: 1996. p. 138

21 BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Papirus Editora. Campinas: 1996. p. 138

uma faculdade federalizada ganharia quarenta e três mil cruzeiros mensais que, somados a outras despesas, resultariam em um montante de gastos de trinta e seis milhões, cento e vinte mil cruzeiros de despesas anuais para cada faculdade. Já em Sergipe, devido aos inúmeros problemas, a FCFS só agregava quatro cursos em 1961 – Geografia e História, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas e Didática –, mesmo tendo autorização para ofertar sete cursos e setenta cadeiras. No entanto, para isso, precisaria de no mínimo dezoito milhões e sessenta mil cruzeiros anuais, além de outra quantia para a manutenção do prédio, administração da instituição, ampliação de biblioteca, entre outros aspectos. Diante do exposto, Monsenhor Luciano Cabral Duarte enviou carta ao presidente Jânio Quadros, em 26 de junho de 1961, sugerindo um convênio entre a FCFS e o Ministério da Educação e Cultura. A Faculdade ficaria obrigada a ofertar todos os cursos ali regulamentados de forma inteiramente gratuita, e ao Ministério caberia proporcionar os recursos que o diretor já havia estipulado.

Apesar de não localizarmos a resposta do presidente à carta citada, deduz-se que ela foi negativa, tendo em vista que a faculdade só passaria a integrar os quadros federais de ensino quando da sua incorporação à UFS em 1968. Sublinha-se a tentativa do diretor, diante da baixa procura pelos alunos e das dificuldades de manutenção da instituição, de torná-la federalizada, buscando utilizar sua rede de influências para atingir tal fim. Mesmo não logrando êxito, o fato é digno de nota.

Os docentes ensinavam por afinidade com as disciplinas, pela sua formação ampla e experiência docente, ou mesmo para suprir as lacunas constantes no quadro de professores da FCFS, contudo, outro problema da Faculdade eram as constantes faltas dos docentes. Tal situação levou o diretor a expedir uma circular no ano de 1961, comentando as faltas dos professores referentes ao ano anterior. Diante da análise, Monsenhor Luciano Cabral Duarte assevera:

Assim é que, enquanto das 73 aulas previstas para o Curso de Didática eram efetivamente dadas 67, e das 136 aulas de Anglo-Germânicas, eram dadas 126; nos cursos de Letras Neo-Latinas e de Geografia e História os índices de falta eram graves. Em Neolatinas, das 136 aulas previstas, eram dadas 103, e em Geografia e História, das 139 aulas previstas eram dadas apenas 96 (Circular nº 2 aos professores da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, 4 de maio de 1961, grifo nosso).

Dessa forma, o diretor pede a compreensão dos professores, que em suas palavras “são a alma da Faculdade de Filosofia”, para que esses continuem o esforço de assiduidade das aulas, ou se for o caso que procurem melhorar a frequência. Diante da circular, observamos um número elevado de faltas dos professores. O motivo das faltas dos professores da faculdade não foi localizado, mas ao analisar as diferentes atividades as

quais os professores da instituição estavam envolvidos, visualizamos as várias funções exercidas em outros cargos e instituições, sendo a FCFS mais uma atribuição, essa vinculada mais a “um ideal” do que a salários, como afirmou Dom Luciano Duarte (1991).

Todavia, outros professores da faculdade se desdobravam e procuravam garantir o funcionamento de todas as disciplinas que deveriam ser lecionadas. As amizades dos docentes, dentro e fora da instituição e as conversas na sala dos professores da FCFS também fizeram parte da história desse curso. A sala dos docentes pode ser visualizada na foto 01.

**Figura 1: Sala dos Professores da FCFS 1959. Da esquerda para a direita: Padre Luciano Duarte, José Bonifácio Fortes Neto, Fernando de Figueiredo Porto, José Silvério Leite Fontes, Josefina Leite Campos, Frei Edgar Stanikowski e Padre Claudionor Fontes.**

64



Fonte: Acervo do Instituto Dom Luciano Duarte  
Autoria: Desconhecida.

A fotografia da sala dos professores da FCFS congrega alguns dos docentes Bonifácio Fortes, Fernando Porto, Silvério Fontes, Josefina Leite, além do Monsenhor Luciano Duarte, e dos outros dois religiosos: Frei Edgar Stanikowski e Padre Claudionor Fontes. Esses e outros professores lecionaram na antiga FAFL, uns por menos tempo, outros por mais, contudo, deixando de alguma forma seus traços nas disciplinas ministradas.

**Figura 02: Professores e discentes da FCFS na cerimônia de colação de grau – 1962. Da esquerda para a direita os professores: José Bonifácio Fortes Neto, Frei Edgar Stanikowiski, não identificado, Fernando Figueiredo Porto, Luiz Rabelo Leite, Monsenhor Luciano José Cabral Duarte, Gonçalo Rollemberg Leite, José Silvério Leite Fontes, José Rollemberg Leite, Manuel Cabral Machado e não identificado. As discentes não foram identificadas.**



Fonte: Acervo particular de Maria de Andrade Gonçalves  
Autoria desconhecida

Por meio de uma análise dessa imagem percebemos que a FCFS dispunha de um corpo docente formado exclusivamente de homens, já o discente, somente de mulheres. Todos os professores de terno e sérios, mas algumas formandas arriscavam um sorriso singelo. O quadro ao fundo com a imagem de Jesus Cristo crucificado também traduz um pouco do ambiente daquela faculdade católica. Tal quadro atualmente encontra-se na sala de reuniões do CECH/UFS, e nos auxilia como mais um elemento da FCFS que permanece “vivo” no cotidiano da UFS.

Outra dificuldade enfrentada pelo religioso, além da própria localização do colégio, do horário das aulas, dos problemas financeiros, da carência de professores, entre outros fatores, diz respeito à falta de livros na instituição e a quase inexistência de uma biblioteca. Em carta enviada a Mamede Paes de Mendonça, Monsenhor Luciano Cabral pede a intervenção desse amigo junto à firma Cory Brothers em Salvador- Bahia, diante de uma encomenda remetida pela “United States Book Exchange, Inc.”, uma organização dos Estados Unidos. Tratava-se de duas caixas contendo 198 livros usados e destinados à faculdade que deveriam estar naquela empresa e precisavam ser enviados para Sergipe (DUARTE, Luciano José Cabral. Carta ao senhor Mamede Paes Mendonça, 17 de Julho de 1962).

outra carta, esta endereçada ao cônsul da República Federal Alemã, em Recife-PE, o diretor agradece os sessenta livros recebidos pela faculdade que seriam destinados à Língua e Literatura Alemã. Na carta, o diretor fala das dificuldades financeiras enfrentadas pela FCFS e da necessidade de recorrer a embaixadas e consulados com o intuito de obter livros para a biblioteca pela qual “passam todos os professores secundários que em Sergipe se formam” (DUARTE, Luciano José Cabral. Carta ao cônsul da República Federal Alemã, 16 de maio de 1962). Cita ainda os livros já recebidos da França e dos Estados Unidos e os que ele começava a receber da Alemanha, lembrando de pedir mais livros de outras temáticas relacionadas àquele país, como gramáticas, dicionários, ensino alemão e estrangeiro, e sobre a civilização e a cultura germânica.

66

Outras pistas sobre as origens dos livros da FCFS localizam-se nas atas do CTA. Em reunião realizada em 13 de fevereiro de 1960, o diretor afirma que, em visita aos Estados Unidos, adquiriu 800 livros para a instituição. Já Silvério Leite Fontes quando viajou a Paris doou 150 dólares para a compra de livros em uma livraria da capital francesa. Em 1960 ocorreu a aquisição de parte da biblioteca do professor Felte Bezerra, que, ao deixar a faculdade e o estado de Sergipe, negociou com a instituição livros versando principalmente sobre Etnografia e Antropologia, ambas disciplinas do curso em análise.<sup>22</sup> Dessa forma, os livros que chegavam à FCFS procediam de diferentes locais, por compra dos seus docentes em viagens, por doação de ex-professores, doação de outras instituições e até mesmo quando se solicitava a determinados órgãos que os enviassem. Além de todas essas formas de aquisição de livros, ocorria a compra efetuada diretamente pela instituição e a solicitação de disponibilidade das bibliotecas das escolas aracajuanas para a consulta dos seus acervos pelos acadêmicos, como o Colégio Atheneu Sergipense e o próprio Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Vale ressaltar também a prática constante relaciona-se ao empréstimo de livros por parte dos professores para a elaboração dos trabalhos acadêmicos. Como a faculdade contava com turmas de diminuto número de alunos, estes se reuniam em grupos e realizavam os trabalhos ou mesmo estudavam pelo livro do docente.

No final da década de 1960, quando da incorporação à UFS, a biblioteca da FCFS já contava com um variado número de autores e obras, diferindo daquela inicial. O carimbo da “F.C.F.S.” ainda permanece nas páginas amareladas de livros que atualmente compõem o acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, como uma marca “viva” da presença daquela faculdade, mesmo depois de incorporada à UFS.

22 FCFS, Ata da XXIX Reunião do CTA, 13 de fevereiro de 1960 FCFS, Relatório Semestral, 1960/1.

Assim, alguns dos problemas aqui destacados foram enfrentados e transpostos, outros negligenciados e omitidos. Contudo, é preciso deixar registrado que a FCFS formou dezenas de professores e intelectuais que contribuíram sobremaneira para a sociedade sergipana na segunda metade do século XX. E como afirmou Monsenhor Luciano José Cabral Duarte, por ali passavam todos os professores secundários que se formavam em Sergipe.

Outro ponto digno de nota concerne ao “tamanho” da instituição. A FCFS constituía-se com uma faculdade católica, particular – com mentalidades simbólicas, contando com o apoio de subvenções públicas para existir – localizada na Aracaju dos anos 1950. Ou seja, o número de alunos por ano na FCFS variou entre o mínimo de 19 matriculados no primeiro ano de funcionamento e 77 em 1959. Esses alunos por vezes já se conheciam e suas famílias eram amigas. O padre que dirigia a instituição era o mesmo que celebrava a missa dominical frequentada por alunos e professores. Os docentes eram antigos vizinhos dos seus alunos, amigos dos seus pais ou mesmo com um grau de parentesco. É dentro desses largos traços, de um quadro difícil de desenhar, que a FCFS precisa ser vislumbrada diante dos olhos de quem a “observa” mais de meio século depois de criada e também há muitas décadas já extinta. Todavia, embora pequena e com um “caráter doméstico”, como afirma Dantas<sup>23</sup>, percebemos que a FCFS formou dezenas de professores e conseguiu legitimar-se no *campo* do ensino superior em Sergipe, ainda em formação em meados do século XX.

Ginzburg<sup>24</sup> lembra aos amantes de Clio que o conhecimento do passado é sempre incompleto, pois, tomando como base alguns fragmentos e ruínas daquilo que já passou, indubitavelmente ficam as lacunas e incertezas sobre o efetivamente vivido. Dentro dessa perspectiva desenvolveram-se as análises do presente trabalho.

Destarte, as investigações empreendidas por meio de fontes como cartas, jornais, relatórios semestrais da FCFS e depoimentos orais mostram que as constantes viagens nacionais e internacionais do sacerdote, a sua “rede de sociabilidade” que perpassava o “campo” político, religioso e educacional de alguma forma respingavam de maneira positiva na FCFS, seja na aquisição de verbas, material ou novas contratações de professores. Tudo isso culminou na consolidação da FCFS como um marco na formação de professores e de alguns pesquisadores em distintos campos do saber em Sergipe. Apesar disso, ao longo da sua história a FCFS se deparou com sérias dificuldades para sua manutenção.

Diante da pesquisa realizada pode-se afirmar que a Faculdade de Filosofia sergipana, como tantas outras no Brasil, enfrentou uma série de

23 DANTAS, Beatriz Góis Dantas. Ex-aluna do curso de Geografia e História da FCFS. Entrevista concedida a João Paulo Gama Oliveira em 3 de Junho de 2010. Aracaju-SE.

24 GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



problemas para permanecer “viva” ao longo dos dezessete anos que esteve em atividade. Sobressaem-se as dificuldades para funcionar no período da noite em prédio do centro da cidade de Aracaju dos anos 50 do século XX, a pouca procura de alunos, aliada a problemas financeiros, e mesmo à carência de professores para lecionar as distintas disciplinas dos cursos ali inaugurados. Destaque para a figura do seu principal diretor, Luciano José Cabral Duarte, que foi capaz de liderar um grupo “lutando com as mãos vazias, certos das nossas certezas”.





## História e propedêutica: o princípio da pedagogia divina e a interpretação cristã da história<sup>1</sup>

Edmilson Menezes<sup>2</sup>

## History and propaedeutic: the principle of divine pedagogy and the Christian interpretation of history

### Resumo:

O trabalho busca analisar o princípio da pedagogia divina como um dos elementos principais da interpretação teológica da história assumida pelo Cristianismo. Ressalta-se o princípio como propedêutica, como preparação.

Palavras-chave: História, Pedagogia Divina, Interpretação teológica da história

### Abstract:

The paper analyzes the principle of divine pedagogy as one of the main elements of the theological interpretation of history assumed by Christianity. It emphasizes the principle as propaedeutic, as preparation.

Keywords : History, Divine Pedagogy, theological interpretation of history

69



- 1 O artigo é dedicado ao Prof. Dr. Luciano José Cabral Duarte, Professor Emérito da UFS e Decano dos filósofos sergipanos, a quem tive a honra de substituir no Departamento de Filosofia, em 1992, por ocasião de sua aposentadoria.
- 2 Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista Produtividade do CNPq.



A relação de Deus à história é considerada como uma característica específica da experiência de Deus e da teologia cristã: “Hujus religionis sectandae caput est historia”<sup>3</sup>. Com efeito, a salvação a nós ofertada por Deus é uma salvação do homem; porque o gênero humano vive e se desenvolve no tempo, a exposição de seu resgate, por consequência, assumirá a forma histórica. O cristão interessa-se pela história<sup>4</sup>, pois Deus nela revela-se, nela age: graças às grandes ações pelas quais Deus dirige a história de seu povo, nós sabemos quem é Ele. A história que segue seu curso torna-se o espaço da ação da providência salvífica de Deus e, conseqüentemente, o espaço da história – estruturado pela economia de salvação – amplia-se. Assim, a Encarnação do Verbo faz-se plenitude e *centro do tempo*, precedido de um tempo de preparação e seguido de um tempo da Igreja. A história é, para o cristão, aprendizado.

70

A idéia que a história representa um manancial educativo remete suas origens à historiografia greco-romana. Políbio considera a história em analogia à natureza. Ele se interroga sobre as causas dos processos históricos, mas não procura neles uma significação, embora busque escrever uma história uniforme do mundo. “Assim, foi ele que preparou, até certo ponto, o caminho para a historiografia cristã mundial ulterior.”<sup>5</sup> O ponto em direção ao qual se dirigia a história que o precedera era o império romano: “Qual homem no mundo seria tão estúpido ou frívolo para não querer conhecer como e por qual modo de governar quase todo o mundo habitado, conquistado em menos de cinqüenta e três anos, esteve sob uma única autoridade, aquela de Roma?”<sup>6</sup> Sua historiografia se diz pragmática porque essencialmente política; ela se reivindica também útil, e a historiografia é necessária, pois ela é o pedagogo do homem político<sup>7</sup>: “Se os historiadores que escreveram antes de mim omitiram-se de fazer o elogio da história propriamente dita, talvez seja necessário recomendar a todos a escolha e o estudo desse tipo de obra, pois não há lição mais apta à instrução dos homens do que o conhecimento das coisas passadas.” O louvor nasce da constatação: “a escola e o aprendizado mais verdadeiro da ação política é o saber retirado da história.”<sup>8</sup> Do que se deve concluir: “a melhor educação para as realidades da vida

3 (“Nesta religião, o ponto essencial a admitir é a história”). AGOSTINHO. De Vera Religione, VII, 13. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae, 34) Paris: J-P Migne, 1841.

4 “Porro ut mihi necessaria, sic etiam utilissima hujus argumenti tractatio omnibus, ut spero, antiquitatis cognoscendae studiosis videbitur”. EUSÉBIO DE CESARÉIA. *Historiae Ecclesiasticae*, I,1,5. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Graecae, 20). Paris: J-P Migne, 1857.

5 BULTMANN, R. *Histoire et eschatologie*. Trad. de R. Brandt. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, 1959, p. 28.

6 POLÍBIO. *Histoires* (I, 1,5). Trad. de P. Pédech. Paris: Les Belles Lettres, 1989. (Edição Bilingue).

7 expressão é de BULTMANN, R. Op. cit., p. 28.

8 POLÍBIO. *Histoires* (I, 1,2).

é a experiência colhida na história política.”<sup>9</sup> Tito Lívio também concebe a história a partir de um princípio educativo, em particular, concebido como esteio para a conservação da lembrança das ações nobres: “A principal e mais salutar vantagem da história é expor diante de vossos olhos, num quadro luminoso, os ensinamentos de toda ordem que parece vos dizer: Eis o que deves fazer em vista do teu interesse e daquele da república, eis o que deves evitar (...)”<sup>10</sup>

Essa educação, pensada a partir de uma concepção ética do homem, visa, em primeiro lugar, um controle de si e um senso de justiça; cultivados, esses dois princípios evitam o mal e constroem a virtude; negligenciados, eles implicam uma desarmonia entre a própria natureza humana e o cosmos. Contudo, comportando-se dessa última forma, o homem não comete um mal positivo, isto é, ativo, objetivo, mas um erro que pode ser suplantado pela educação. A possibilidade de recolocar-se em harmonia consigo e com a natureza insere-se, dessa forma, num âmbito de uma história que pode, recolhidas as instruções que interessam, a todo o momento, servir-nos de pedagogo. História e educação convergem e formam uma espécie de ciência cujo controle recai sobre o humano enquanto seu agente e usufrutuário maior. À convergência, atrela-se um valor invariável que é o equilíbrio, sempre sob ameaça e, por isso, sempre alvo de cautela, da vida política: o homem se educa para a vida ética e política, instruindo-se com o objetivo de manter o fiel entre o que é da república e o que é do interesse próprio. O conhecimento das coisas passadas mostrará aos homens onde e como os seus antecessores falharam na construção harmoniosa da vida da polis. Estamos diante de uma concepção pragmática que se situa longe da transcendência e aproxima-se, por seu turno de uma aprendizagem direcionada e humanista<sup>11</sup>.

Na tradição bíblica, a concepção de educação é totalmente diferente. O pedagogo, ou seja, o mote educativo, não é a história, porém o que está fora dela porque, para o homem, a base ética requererá muito mais do que a experiência vivida e julgada do passado - com a qual se aprende. A historiografia israelita não era uma ciência no sentido grego do termo. Ela não procurava conhecer as potências imanentes reveladas no transcurso da história, mas a intenção e o plano de Deus que, como criador, é também o mestre da história e a conduz para um fim. Disto resulta uma idéia de organização da história. “A história em seu conjunto é articulada em períodos e em épocas (...) e cada uma possui sua importância para a estrutura total. A significação da história repousa sobre a educação divina

9 POLÍBIO. *Histoires* (I, 35,9).

10 TITO LÍVIO. *Histoire Romaine* (Préface). Trad. de G. Baillet. Paris: Les Belles Lettres, 1991. (Edição Bilingue).

11 Sobre a formação humanista na educação antiga, ver: MARROU, H-I. *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité* (Tome I – Le monde grec; Tome II – Le monde romain). Paris: Seuil, 1948.

ou sobre a marcha em direção a seu alvo.”<sup>12</sup> Se o hebreu se interessa pelo conhecimento, esse é um conhecimento de si, e o historiador convoca seu país a tal noção ao lhe recordar as ações de Deus e como Ele conduz *seu povo*. Ao mesmo tempo, há um apelo para que o povo assuma suas responsabilidades face ao futuro, pois o porvir lhe trará prosperidade ou destruição, a graça divina ou a merecida pena. Assim, a historiografia hebréia não é um meio de educação para a vida política, mas uma predicação dirigida ao povo *escolhido*. Considerar o passado significa, à vista disso, examinar como os desígnios de Deus se cumpriram, deles retirando as lições da mesma forma que um filho aprende com os feitos de seu pai.

A inscrição deuteronomina caracterizou desta maneira o comportamento de Deus, liberando e constituindo seu povo: “Compreendas, portanto, que Jahveh, teu Deus, te corrigiu como um pai corrige seu filho.”<sup>13</sup> A exortação do livro de Oséias, de forma análoga, faz apelo à figura paternal e educativa para falar de Israel: “Quando Israel era uma criança eu o amei (...) Aos de Efraim eu ensinei a andar, segurando-lhes os braços (...) eu os conduzi com laços de amor (...) e me inclinei para dar-lhes de comer.”<sup>14</sup> O amor de Deus para com o seu povo traduz-se num amor que educa e corrige, num amor que prepara um modo de bem se conduzir, amor anunciado pela revelação primeira, aquela que destacou na história a grande nação: “Eis o que falou Jahveh: Meu filho primogênito é Israel.”<sup>15</sup> As lições de Jahveh a seu povo são os signos efetivados no Egito, as maravilhas mostradas nas paisagens, enfim, toda a grande obra da libertação. Israel deve, pois, refletir sobre as provações experimentadas durante a marcha no deserto. Ele sentiu de perto a fome para compreender que o homem não vive somente de pão, mas daquilo que sai da boca de Jahveh. Por meio dessa prova de dependência cotidiana, Israel deveria aprender a reconhecer a solicitude de Jahveh, seu pai: “O Senhor teu Deus te guiou pelo deserto estes quarenta anos, para te humilhar, e te provar, para saber o que estava no teu coração, se conservarias os seus mandamentos, ou não. E te humilhou e te deixou com fome, e te sustentou com maná, que tu não conhecestes, nem teus pais o conheceram; para te dar a entender que o homem não viverá só de pão, mas de tudo que sai da boca do Senhor. Nunca se envelheceu a tua roupa, nem se incharam os teus pés nestes quarenta anos.”<sup>16</sup> Por essas duras provas, o povo de Israel estava destinado a revelar *o mais recôndito de seu coração* e a instalar um diálogo com Jahveh. Ao lado disso, foi lhe dado outro instrumento para a sua

12 BULTMANN, R. Op. cit., p. 31.

13 Deuteronomio 8, 5.

14 Oséias 11, 1-4.

15 Êxodo 4, 22.

16 Deuteronomio 8, 2-4.

educação: A Lei. “Do céu, Ele te fez entender sua voz para ti instruir.”<sup>17</sup> Ela servirá de instrumento para a expressão dos mandamentos objetivos da vontade divina e, do mesmo modo, para a comprovação do seu amor para os eleitos. Tomada literalmente, a Torah, com suas promessas carnis e suas ameaças terrenas, serviu de freio aos judeus, do qual Deus tinha necessidade para estabelecer o milagre subsistente das profecias realizadas. Ela era um fardo pesado. Se os santos observavam a Lei, era com o intuito de que o povo observasse também. Mas, ao mesmo tempo, por causa da multiplicidade, da minúcia e das exigências de seus preceitos, a Lei, que pouco se cumpria, propunha ao homem o reconhecimento de sua impotência e o convite à humildade. A Torah tornou-se um *pedagogo*. Como bom educador, Jahveh promete retribuir a observação da Lei, todavia, esse povo escolhido é também o povo que desguia-se: “Porque o meu povo é inclinado a desviar-se de mim, ainda que clamem ao Altíssimo, nenhum deles o exalta”<sup>18</sup> De fato, o povo de Israel longe de descobrir sua fraqueza, se glorificava de suas práticas legais e pretendia-se justo e salvo.

Deus, segundo a narrativa bíblica, amplia seus planos educativos e envia o *exemplo vivo*: se a Lei apontava e prescrevia o ensinamento, a vinda do Cristo consubstancia o mandamento divino e torna-se ação efetiva, ele é o próprio ensinamento. “Antes da vinda da fé, nós estávamos custodiados sob a guarda da Lei, reservados para a fé que deveria se revelar. Deste modo, a Lei nos serviu de pedagogo até o Cristo, para que obtivéssemos nossa justificação pela fé. Mas, a fé veio, nós não estamos mais sob um pedagogo, pois sois todos vós filhos de Deus pela fé em Jesus Cristo.”<sup>19</sup> Era preciso que certas coisas fossem anunciadas pelos patriarcas, segundo o modo dos patriarcas; que outras fossem prefiguradas pelos profetas, segundo o modo da Lei; e que outras recebessem uma forma correspondente à sua conformação segundo o Cristo. Patriarcas e profetas, sob o influxo divino, agiram como pedagogos, como preparadores de um campo a ser disposto para receber as sementes da Verdade vindoura, agora, de forma a espargir-se sobre todos, embora nem todos aceitassem essa verdade; “É por essa razão que os escribas e os Fariseus, que haviam começado desde os tempos da Lei a desprezar Deus, também não receberam seu Verbo, quer dizer, não creram no Cristo. (...) Ao contrário, aqueles que temiam a Deus e reverenciavam sua Lei acorreram ao Cristo e foram todos salvos. (...) Não coloquemos sob a responsabilidade da Lei a incredulidade de certo número. A Lei não lhes impedia de crer no Filho

17 Deuteronomio 4, 36.

18 Oséias 11, 7.

19 “Prius autem quam veniret fides, sub lege custodiebamur conclusi in eam fidem, quae revelanda erat. Itaque lex paedagogus noster fuit in Christum, ut ex fide iustificemur; at ubi venit fides, iam non sumus sub paedagogo. Omnes enim filii Dei estis per fidem in Christo Iesu”. Gálatas, 3, 23-27.

de Deus; ela, na verdade, a Ele os atirava, ao dizer que os homens não poderiam ser salvos da antiga ferida da serpente se não cressem naquele que, elevado da terra sob o madeiro do calvário segundo a semelhança da carne do pecado, atrai tudo para si e vivifica os mortos.”<sup>20</sup> As palavras de Irineu traduzem uma perspectiva que esteve, antes dele, muito presente e permitia supor que cada vez mais claramente as nações foram implicadas no agir de Deus, quer dizer, foram contempladas no seu plano. Cada vez mais, Jahveh fazia valer sua vontade salvífica não somente a Israel, mas, na condição de verdadeiro Rei, estendia seu reino sobre toda a terra: “E o Senhor será rei sobre toda a terra, naquele dia um será o Senhor, e um será o seu nome.”<sup>21</sup> Também, nitidamente, se percebia a promessa de uma salvação universal, de um reino de paz que a tudo abarca, excedendo todas as possibilidades de realização histórica e que o plano de Jahveh vai mais além das vicissitudes dos acontecimentos no mundo.<sup>22</sup>

74

A tradição profética considera a história como espaço de realização da vontade santa e justa de Deus. Mas ela também O apresenta como o Criador, que, como o Senhor da Criação, não se deixa cair em disputa com os usurpadores de sua propriedade, porém dela será o Rei. Contudo, a mensagem profética, segundo a qual Jahveh imporá seu direito de propriedade – direito à vida dos pobres e pequenos – contra seus desfrutadores ilícitos, coincidirá cada vez menos com a realidade histórica. A história perdia a transparência que permitia ver Jahveh agir como o educador de seu povo, e parecia dominada pelo mal, pelo pecado, que se via fluir inelutavelmente. A Boa Nova permitirá, então, reascender o crédito de uma história reconduzida pelas mãos divinas ao atestar a chegada do reino de Deus: *Si autem ego in Spiritu Dei ejicio daemones, igitur pervenit in vos regnum Dei*<sup>23</sup>. O testemunho crístico é a âncora para que se firme a continuidade da promessa e visibilidade do Reino; mas, a morte do Filho de Deus e sua Ascensão levam, também, aquela transparência vivida e atestada e reconduz ao problema da descontinuidade entre o plano e a promessa. No entanto, como a pregação e o exemplo do Cristo foram marcados por um elevado senso de *Libertação*, que começara naquele momento, pode-se afirmar uma salvação escatológica – fundadora de um outro reino, um reino intermediário entre o momento da instauração do Reino com a vinda do Cristo e o momento de sua volta gloriosa. Reencontramos a continuidade entre o plano e a promessa. *Oportet autem illum*

20 IRINEU DE LYON. *Contre les Hérésies* (IV, 2, 7). Trad. de A. Rousseau. Paris: Éditions du Cerf, 1965. (Edição Trilingue). (Collection Sources Chrétiennes).

21 Zacarias 14,9.

22 Cf.WERBICK, J. “Histoire/Action de Dieu”. In: EICHER, Peter. *Nouveau Dictionnaire de Théologie*. Paris: Les Éditions du Cerf,1996.

23 Evangelho segundo Mateus 12,28 (Se é pelo espírito de Deus que eu expulso os demônios, é que o Reino de Deus chegou para vós).

*regnare donec ponat omnes inimicos sub pedibus ejus. Novissima autem inimica destruetur mors.*<sup>24</sup>

A demora na instalação definitiva do Reino sob o Cristo Glorioso conduziu a teologia do cristianismo primitivo a salvaguardar o significado do tempo intermediário, que se prolongava, pelo recurso a uma necessidade divina atinente à esfera da “história da salvação”. Segundo Werbick<sup>25</sup>, os teólogos da antiguidade perceberam a história do período precedente e aquela que se segue como determinadas pela ação pedagógica providencial de Deus, respectivamente como *praeparatio* e como o tempo no qual a ação salvífica de Deus se faz reconhecer entre as nações. A humanidade, prisioneira dos desejos, deveria dispor, primeiramente, da experiência de que ela não pode salvar-se por meio de seus próprios méritos e forças e que, por isso mesmo, depende de um *Redentor*. Desse modo, a teologia do Ocidente concebeu globalmente a história como história de uma educação regulada, em todos os seus detalhes, pela providência divina: como Deus “quis” a liberdade do homem, Ele só pode agir sobre a liberdade humana por meio da *educação*, ganhar o homem, progressivamente, sob um longo período de tempo, durante gerações inteiras, e não sem infortúnio, para divinizá-lo.<sup>26</sup> Eusébio de Cesareia<sup>27</sup> compreende a história, em seus diferentes domínios, como o processo de restauração da natureza humana decaída, como história da ação pela qual Deus se revela ao homem, o educa (e corrige), ação sabiamente adaptada ao desenvolvimento da humanidade. Talvez um dos modelos mais fecundos dessa tradição seja aquele fornecido por Clemente de Alexandria.

O pensador cristão escolhe um título engenhoso para traduzir, numa obra prima do cristianismo, a formação moral convergindo para uma etapa superior, a contemplação: *O Pedagogo*. O grego  $\pi$  ou o latim *paedagogus* designava, no início, o escravo ou o servidor que se encarregava da criança dos sete aos dezoito anos. Ele a conduzia à escola, protegia-a contra os perigos da exposição à rua. Também supervisionava igualmente a criança ao lhe ensinar os bons modos, forjar seu caráter e resguardar a moral. Clemente distinguirá, de modo preciso, o pedagogo do mestre (*Didascale*): este será encarregado da instrução e estará sujeito a uma série de interferências filosóficas, retóricas e científicas, ele se encarrega do manejo intelectual técnico; aquele, ao contrário, assume as funções de uma espécie de *governante*, cuja jurisdição atinha-se àquele jovem espe-

24 I Epístola aos Coríntios 15, 25-26 ( Pois é preciso que reine até que tenha colocado todos os inimigos sob seus pés. O último inimigo a ser aniquilado é a morte).

25 WERBICK, J. Op. cit.

26 Ver ORIGENES. Commentariorum in epistolam B. Pauli ad Romanos, VIII, 12. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Graecae, 14). Paris: J-P Migne, 1857.

27 “Christi doctrinam utpote totius sapientiae ac virtutis apicem, nondum capere poterat priscorum hominum vita”. EUSÉBIO DE CESARÉIA. *Historia Ecclesiae*, I, 2, 17. Ed. cit.

cífico e à sua conduta. Em sua origem desprezado por sua condição servil e sua ascendência, amiúde, bárbara<sup>28</sup>, o pedagogo havia visto, com o curso dos séculos, sua consideração aumentar na mesma proporção que a de seu papel: sob o império romano, a *paedagogorum custodia* constitui, ao lado da ação dos pais e mestres, um dos elementos indispensáveis da educação. Ajudando a criança a fazer seus deveres ou a aprender suas lições, ele é o *studiorum exactor*; mas, sobre o plano da instrução propriamente dita, seu papel permanece subordinado àquele do mestre qualificado. Em compensação, a ele cabe o essencial da função de educador sobre o plano moral, devido à pouca confiança que a sociedade antiga depositava, quanto a esse ponto, na escola e no seu mestre.<sup>29</sup> Com efeito, é para esse aspecto que Clemente de Alexandria remeterá a figura do pedagogo.

O que de imediato nos chama a atenção é o fato do autor continuar utilizando, a propósito da formação dos cristãos, o título de Pedagogo para o Verbo, mesmo depois do que expõe a Epístola aos Gálatas. Sua indiferença às sugestões que poderiam lhe fornecer as fontes cristãs, levamos a crer, com Marrou<sup>30</sup>, que a inspiração para a preferência pela figura do pedagogo vem de outros mananciais, que passam, por exemplo, pela literatura, pela filosofia e pelo helenismo clássico. Com isso, Clemente de Alexandria pode elaborar uma doutrina da educação progressiva da humanidade a partir, sobretudo, de uma unidade da história que não está explicitamente nas páginas da Bíblia, mas na interpretação subsequente, como a de Santo Irineu<sup>31</sup>: o estado atual dos homens é o resultado de uma longa preparação<sup>32</sup>, que se estende por ação do Verbo. Desse modo, o pedagogo é aquele que quer educar e não ensinar: “ele visa a tornar a alma melhor; não quer instruí-la, mas mostrar-lhe o caminho da sabedoria e não aquele da ciência.”<sup>33</sup> Entretanto, “o Verbo quer também ensinar, mas

28 Quanto a isto, é exemplar a descrição que faz Platão: “Assim falando, havia eu a intenção de provocar o debate entre alguns dos ouvintes mais velhos. Mas, nesse momento, como divindades malfazejas, intervieram os pedagogos, aquele de Lisias e aquele de Menexenes, trazendo consigo os irmãos dos dois jovens: eles os chamam e ordenam a sua volta, pois se fazia tarde. Nós tentamos, de início, com os assistentes, afastar os inoportunos. Porém, sem nenhuma deferência às nossas observações, colericamente nos insultaram em seu péssimo grego e de novo chamaram os jovens. Eles haviam bebido nos festins em louvor a Hermes e não pareciam encontrar-se em condições de escutar-nos. Cedemos, ao fim, e interrompemos a conversação.” PLATÃO. *Lysis* (223 a,b). Trad. de A. Croiset. Paris: Les Belles Lettres, 1972. (Edição Bilingue).

29 Ver MARROU, H-I. “Introduction”. In: CLÉMENT D’ALEXANDRIE. *Le Pédagogue*. Trad. de M. Harl. Paris: Les Éditions de Cerf, 1960, p.15. (Collection Sources Chrétiennes). Do mesmo autor, ver, também, *Histoire de l’éducation dans l’Antiquité* (T. I, Partie II, Chapitre V) Loc.cit.

30 Cf. MARROU, H-I. “Introduction”. In: CLÉMENT D’ALEXANDRIE. *Le Pédagogue*, p.18.

31 Ver IRINEU DE LYON. Op. cit.

32 CLEMENTE DE ALEXANDRIA. *Pedagogus* I, 67, 1. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Graecae, 8). Paris: J-P Migne, 1857.

33 Id. *ibid.*, I, 1,4.

não de imediato. Quando ele esclarece ou revela os pontos da doutrina, ele ensina. O Pedagogo, que se ocupa da vida prática, nos exortou, primeiramente, a estabelecer para nós próprios uma boa vida moral; agora, ainda nos convida a cumprir nosso dever: Ele edita os preceitos perfeitos e mostra às novas gerações o exemplo dos erros cometidos no passado.”<sup>34</sup> O pecado e o erro, inclusos na história, são a ocasião para intervir a ação pedagógica da providência que deles se serve para nos educar. A falta cometida é colocada em evidência, como nos dá testemunho as profecias, para nos lembrar a condição mais notável da passagem humana na história. “A profecia tem por objeto a obediência e a desobediência, a fim de que nós sejamos salvos por uma, e educados pela outra.”<sup>35</sup>

A iniquidade, marca indelével do passado, confere à história o seu caráter pedagógico, pois, pelo que foi feito, *avalio* as possibilidades futuras, *posso* melhor entender os ensinamentos e *pôr-me* do lado da obediência e da salvação. É como se um horizonte novo se abrisse para o homem e para o tempo. Liberado dos modos que provinham do primeiro Adão, da queda, do pecado e da expiação da cruz, o tempo da criatura abre-se, assim, à esperança: “É preciso que Ele seja o maior e dissemine sobre tudo (...), e isso não somente neste mundo, mas da mesma forma no mundo futuro, a fim de que Deus seja sempre aquele que ensina e o homem sempre aquele que é ensinado por Deus. O apóstolo não afirma que quando todo o resto tiver desaparecido, só estas três coisas permanecerão: a fé, a esperança e a caridade? Porque nossa fé em nosso Senhor permanece incessantemente inquebrantável, damos testemunho de que Ele é o único e verdadeiro Deus e o amamos sempre verdadeiramente, pois Ele é o único Pai; e afim de que esperemos, além disso, receber e aprender de Deus alguma coisa a mais, pois Ele é bom e possui uma riqueza inesgotável, um reino sem fim e uma ciência sem limites”<sup>36</sup>

Segundo Agostinho, quando *o povo* recebe a Lei, ela vem revestida de uma série de prescrições, ao mesmo tempo em que se apresentavam recompensas visíveis. Ambas, prescrições e recompensas, vinham do alto e possuíam o intuito de instruir os homens. A Providência servia-se de tais recursos com vistas ao invisível.<sup>37</sup> É desse modo que se pode dizer que a Lei anuncia e prepara a vinda da Graça: de quatro estados diferentes, “o primeiro encontra-se antes da Lei, o segundo sob a Lei, o terceiro sob a Graça e o quarto na plenitude e perfeição da paz. É assim que o regime do povo de Deus foi ordenado através dos tempos, tal como aprovou a

34 Id. *ibid.*, I, 2,1.

35 Id. *ibid.*, II, 5,3.

36 IRINEU DE LYON. *Op.cit.*,(II, 28, 3).

37 AGOSTINHO. *De Civitate Dei*, X, 14. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae, 41). Paris: J-P Migne, 1841.

Deus.”<sup>38</sup> A maturação lenta dos desígnios divinos engendra uma Pedagogia que age na história, de modo a podermos assimilá-la ao processo de um homem que se educa com o passar do tempo: “O Gênero humano, concernido no povo de Deus, compara-se a um só homem: sua boa educação se faz no curso de etapas de tempo, à maneira do desenvolvimento das idades no indivíduo; de tal modo, nos elevamos das coisas temporais à inteligência das coisas eternas, e das visíveis às invisíveis.”<sup>39</sup>

A vida terrestre é para a humanidade um tempo de formação; logo, ela ainda não está completamente formada. É o tempo no qual ela deve afirmar e conquistar sua plenitude espiritual em detrimento da carne e da matéria; é fato que, por conseguinte, ela não possui ainda sua realização de espírito. É o tempo de sua ascensão rumo a um fim, o que quer dizer que ela ainda não manifesta a sua grandeza definitiva. Mas esta apreciação positiva do curso da história não faz desaparecer, frise-se, a certeza escatológica, e, dessa forma, a possibilidade de se pensar a história também como história mesclada, comparada aos versos do Salmista: “Eu vi”, diz ele, “na mão de Deus, um cálice cheio de três licores. *Calix in manu Domini vini meri plenus mixto.*” Há, primeiramente, o vinho puro, *vini meri*; em segundo lugar, o vinho misturado, *plenus mixto*; enfim, há a lia, *verumtamen faex ejus non est exinanita*<sup>40</sup>. A distinção dos bens e dos males e o equilíbrio de sua repartição obedecem a um lógica invisível, cujo vetor é fornecido pela divina providência, que “tira proveito de todas as categorias de homens e de situações para curar as almas e educar o povo espiritual”.<sup>41</sup> Sem uma idéia de pedagogia divina não haveria como descortinar um motivo plausível para a interferência providencial, sem cair no absoluto do mistério. A história ganha, com ela, uma interpretação coerente a um plano salvífico, que se torna, também, educativo e permite a estruturação da teologia da história não só como uma guardiã do mistério, porém, do mesmo modo, como possibilidade explicativa do rumo tomado pela humanidade educável. Definitivamente, o tempo não aparece como portador necessário de valores tão somente positivos: tudo aparece nele enleado, pois se trata de tempo de vida e tempo de morte. A pedagogia e a história possuem como serviço a frutífera, e não por isso simples, capacidade de nos lembrar esse aspecto ontológico que se associa ao tempo em seguida ao pecado. Nada depois da queda apresenta-se sem *mistu-*

38 AGOSTINHO. Enchiridion, sive de Fide, Spe et Charitate, CXVIII. In: *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae, 40). Paris: J-P Migne, 1857.

39 “Sicut autem unius hominis, ita humani generis, quod ad Dei populum pertinet, recta eruditio per quosdam articulos temporum tamquam aetatum profecit accessibus, ut a temporalibus ad aeterna capienda et a visibilibus ad invisibilia surgeretur.” AGOSTINHO. De Civitate Dei, X, 14.

40 Salmo LXXIV, 9.

41 AGOSTINHO. De Vera Religione, VII, 11. (Ita omnibus generibus hominum et exemplorum ad animarum curationem, et ad institutionem spiritualis populi, utitur divina providentia).

ra. Mas, como educar a humanidade na ambigüidade do tempo? Ou seja, como educar na variação, na qual tudo muda e degenera?

Mesmo o bispo de Hipona colocará limites à idéia de uma pedagogia divina. O conhecimento da Lei não tornou os judeus melhores, ela simplesmente, como tudo que está no Velho Testamento, prepara a vinda do Cristo. Como observa Sellier, a Lei tornou-se um pedagogo, mas é importante perceber o quanto esse termo nos coloca longe de uma progressão histórica da santidade no povo de Deus. Essa pedagogia somente conduziu a alguns santos, não numerosos. Tais santos, que a graça iluminou, não só compreenderam que a Torah era um freio para um povo tão apegado à carne e um guia, logo depois tornado inútil para ele, como também descobriram um terceiro aspecto - o mais importante no plano de Deus: toda a antiga Aliança anunciada, prefigurava a nova.<sup>42</sup> Assim, o que Clemenete e Irineu entenderam como um exemplo a ser estendido para a história da salvação, isto é, uma história progressivamente educativa, não encontra inteiro respaldo no Doutor de Hipona: não há muito a fazer depois da queda. “Depois da queda de Adão e sua expulsão do Paraíso, os dias foram sempre maus. Perguntemos a estas crianças recém-nascidas porque sua primeira aparição é de choro – eles, que bem poderiam rir.”<sup>43</sup> A queda será sempre o limite a ser enfrentado na história, ela torna o homem refratário ao ensinamento e não permite aguardar mais do que “dias maus”. Essa indelével constatação serve também para o povo eleito sob o pedagogo, o que nos leva a acreditar que a pedagogia divina tenha apenas o caráter *propedêutico*, preparatório, e nada podemos ansiar a mais do que isto.

42 SELLIER, Philippe. *Pascal et saint Augustin*. Paris: Albin Michel, 1970, p. 443.

43 “Ex quo enim lapsus est Adam, et de paradiso expulsus, nunquam fuerunt dies nisi mali. Istos pueros qui nascuntur, interrogemus, quare a ploratu incipient, qui et ridere possunt.” AGOSTINHO. *Sermones de Scripturis* (Sermon 167). In: *Opera Omnia* (Patrologiae Latinae, 38). Paris: J-P Migne, 1841.